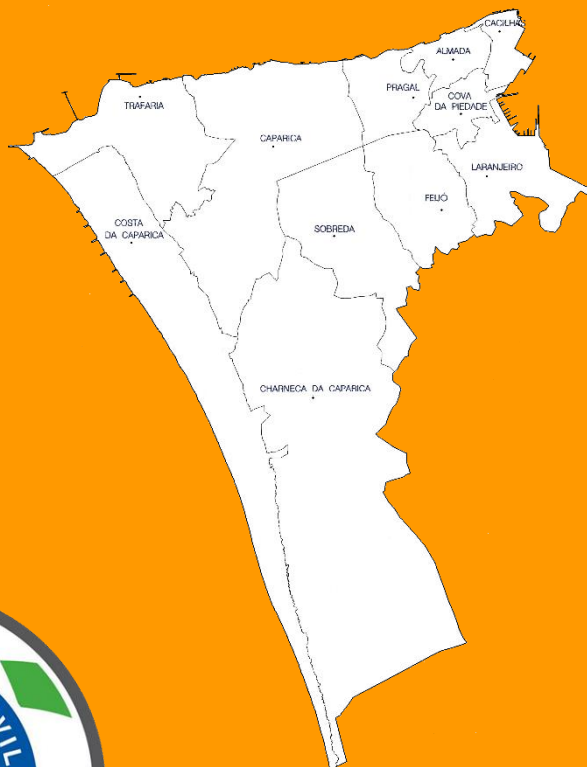


ALMADA



CÂMARA MUNICIPAL





Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Almada

Dezembro | 2015

ÍNDICE

Lista de acrónimos	8
Referências legislativas	14
Registo de atualizações	18
Histórico de ativação do PMEPC	18
Registo de exercícios	19
PARTE I — Enquadramento	20
1. Introdução	21
2. Finalidade e objetivos	24
3. Tipificação dos riscos	25
4. Critérios para a ativação	28
PARTE II — Execução	31
1. Estruturas	32
1.1. Estrutura de Direção Política	33
1.2. Estrutura de Coordenação Política e Institucional	33
1.3. Estrutura de Comando Operacional	35
1.3.1. Comandante das Operações de Socorro	36
1.3.2. Posto de Comando Operacional	36
1.3.3. Posto de Comando Operacional Municipal	37
2. Responsabilidades	41
2.1. Responsabilidades dos Serviços de Proteção Civil	41
2.2. Responsabilidades dos Agentes de Proteção Civil	45
2.3. Responsabilidades dos Organismos e Entidades de Apoio	52
3. Organização	61
3.1. Infraestruturas de relevância operacional	61
3.1.1. Rede rodoviária	61
3.1.2. Rede ferroviária	62
3.1.3. Pontes, túneis e viadutos	64
3.1.4. Rede de transporte aéreo, fluvial e marítimo	65
3.1.5. Rede de telecomunicações	66
3.1.6. Sistemas de abastecimento de água	67
3.1.7. Sistemas de produção, armazenamento e distribuição de energia e combustíveis ..	68
3.1.8. Estabelecimentos abrangidos pela Diretiva SEVESO	73
3.1.9. Elementos estratégicos, vitais ou sensíveis para as operações de proteção civil e socorro	74
3.2. Zonas de Intervenção	79
3.2.1. Zona de Sinistro (ZS)	79
3.2.2. Zona de Apoio (ZA)	79
3.2.3. Zonas de Concentração e Reserva	80
3.2.4. Zonas de Receção de Reforços	81
3.3. Mobilização e coordenação de meios	83
3.3.1. Mobilização de meios	83
3.3.2. Sustentação Operacional	84
3.4. Notificação operacional	84
4. Áreas de Intervenção	85
4.1. Gestão administrativa e financeira	86
4.2. Reconhecimento e avaliação	89
4.2.1. Equipas de Reconhecimento e Avaliação da Situação	89
4.2.2. Equipas de Avaliação Técnica	91

	Município de Almada Proteção Civil Municipal	
Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Almada		

4.3.	Logística	93
4.3.1.	Apoio logístico às forças de intervenção	93
4.3.2.	Apoio logístico às populações	95
4.4.	Comunicações	101
4.5.	Informação pública	105
4.6.	Confinamento e/ou evacuação	107
4.7.	Manutenção da ordem pública	113
4.8.	Serviços médicos e transporte de vítimas	117
4.8.1.	Emergência médica	117
4.8.2.	Apoio psicológico	123
4.9.	Socorro e salvamento	127
4.10.	Serviços mortuários	130
PARTE III — Inventários, Modelos e Listagens		135
1.	Inventário de meios e recursos	136
1.1.	Câmara Municipal de Almada	136
1.2.	Junta / Uniões de Freguesia	139
1.3.	SMAS de Almada	140
1.4.	Corpos de Bombeiros	140
1.5.	Empresas privadas	146
2.	Lista de contactos	147
2.1.	Comissão Municipal de Proteção Civil de Almada	147
2.2.	Câmara Municipal de Almada	148
2.3.	Junta / Uniões de Freguesia	151
2.4.	SMAS de Almada	152
2.5.	Serviços / Agentes de Proteção Civil	153
2.6.	Organismos e Entidades de Apoio	156
2.7.	Instituições de Interesse	158
3.	Modelos	166
3.1.	Modelos de relatórios	166
3.2.	Modelos de requisições	188
3.3.	Modelos de comunicações	189
3.4.	Outros modelos	192
4.	Lista de distribuição	199
4.1.	Serviços de Proteção Civil	200
4.2.	Comissão Municipal de Proteção Civil de Almada	200
4.3.	Organismos e Entidades de Apoio	200
Anexos		202
Anexo I – Cartografia de suporte às operações de emergência de proteção civil		203
Anexo II – Programa de medidas a implementar para a prevenção e mitigação dos riscos identificados e para a garantia da operacionalidade do Plano		228
i. Programa de medidas a implementar para a prevenção e mitigação dos riscos identificados		228
1.	Estratégias gerais	229
2.	Estratégias específicas	230
ii. Programa de medidas a implementar para a garantia da operacionalidade do Plano		240

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Ocorrências de Riscos Tecnológicos e de Riscos Naturais registadas no concelho de Almada em 2014 e média dos anos 2009 a 2013	25
Tabela 2 – Ocorrências de Riscos Mistos registadas no concelho de Almada em 2014 e média dos anos 2009 a 2013	26
Tabela 3 – Ocorrências de Proteção e Assistência a Pessoas e Bens registadas no concelho de Almada em 2014 e média dos anos 2009 a 2013	26
Tabela 4 – Hierarquização do grau de risco para as ocorrências – tipo definidas	27
Tabela 5 – Responsabilidade dos serviços de proteção civil.....	44
Tabela 6 – Responsabilidade dos agentes de proteção civil	51
Tabela 7 – Responsabilidade dos organismos e entidades de apoio	60
Tabela 8 – Extensão da rede rodoviária municipal.....	61
Tabela 9 – Extensão das redes de AT, MT e BT em Almada (Fonte: EDP Distribuição, 2010) .	69
Tabela 10 – Extensão da rede gás natural em Almada (Fonte: Setgás, 2010).....	71
Tabela 11 – Estabelecimentos abrangidos pela Diretiva Seveso	73
Tabela 12 – Agentes de proteção civil no concelho de Almada	75
Tabela 13 – Equipamentos escolares da rede pública no concelho de Almada	77
Tabela 14 – Locais possíveis para instalação de ZA.....	80
Tabela 15 – Locais possíveis para instalação de ZCR.....	80
Tabela 16 – Locais possíveis para instalação de ZRR.....	81
Tabela 17 – Gestão de meios e recursos.....	86
Tabela 18 – Equipas de Reconhecimento e Avaliação da Situação.....	89
Tabela 19 – Equipas de Avaliação Técnica	91
Tabela 20 – Apoio logístico às forças de intervenção	93
Tabela 21 – Apoio logístico às populações	95
Tabela 22 – Localização das ZCAP	99
Tabela 23 – Comunicações	101
Tabela 24 – Informação pública.....	105
Tabela 25 – Confinamento e/ou evacuação.....	107
Tabela 26 – Localização possível para instalação de ZCI.....	111
Tabela 27 – Confinamento e/ou evacuação.....	113
Tabela 28 – Emergência médica	117
Tabela 29 – Unidades de saúde de Almada	121
Tabela 30 – Apoio psicológico	123

Tabela 31 – Socorro e salvamento	127
Tabela 32 – Serviços mortuários	130
Tabela 33 – Localização provável para ZRnM e NecPro	134
Tabela 34 – Estratégias de mitigação e adaptação para as ondas de calor	230
Tabela 35 – Estratégias de mitigação e adaptação para as vagas de frio	231
Tabela 36 – Estratégias de mitigação e adaptação para secas	231
Tabela 37 – Estratégias de mitigação e adaptação para cheias e inundações	232
Tabela 38 – Estratégias de mitigação e adaptação para inundações e galgamentos costeiros	233
Tabela 39 – Estratégias de mitigação e adaptação para sismos.....	233
Tabela 40 – Estratégias de mitigação e adaptação para tsunamis.....	233
Tabela 41 – Estratégias de mitigação e adaptação para movimentos de massa em vertentes	234
Tabela 42 – Estratégias de mitigação e adaptação para erosão costeira.....	235
Tabela 43 – Estratégias de mitigação para acidentes rodoviários.....	235
Tabela 44 – Estratégias de mitigação para acidentes ferroviários.....	236
Tabela 45 – Estratégias de mitigação para acidentes fluviais	236
Tabela 46 – Estratégias de mitigação para acidentes aéreos	236
Tabela 47 – Estratégias de mitigação para transporte terrestre de mercadorias perigosas.....	236
Tabela 48 – Estratégias de mitigação para Acidentes em infraestruturas fixas de transporte de produtos perigosos	237
Tabela 49 – Estratégias de mitigação para incêndios urbanos	237
Tabela 50 – Estratégias de mitigação para acidentes / incêndios em edifícios escolares	238
Tabela 51 – Estratégias de mitigação para incêndios em centros urbanos antigos.....	238
Tabela 52 – Estratégias de mitigação para substâncias perigosas (acidentes industriais)	238
Tabela 53 – Estratégias de mitigação e adaptação para incêndios florestais.....	239

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Enquadramento geográfico do Concelho de Almada.....	22
Figura 2 – Estruturas de direção e coordenação política, estruturas de coordenação	33
Figura 3 – Organização do Posto de Comando Operacional (PCO).....	37
Figura 4 – Articulação operacional do Posto de Comando Operacional Municipal	40
Figura 5 – Rede viária principal municipal	62
Figura 6 – Rede ferroviária municipal	63
Figura 7 – Pontes, túneis e viadutos.....	64
Figura 8 – Infraestruturas aeroportuárias, marítimas e fluviais	65
Figura 9 – Rede de radiocomunicações	66
Figura 10 – Infraestruturas abastecimento de água.....	67
Figura 11 – Rede de hidrantes	68
Figura 12 – Rede elétrica	70
Figura 13 – Rede de gás natural	71
Figura 14 – Rede de postos de abastecimento de combustíveis	72
Figura 15 – Industrias abrangidas pela diretiva SEVESO.....	74
Figura 16 – Localização e áreas de atuação dos Corpos de Bombeiros	75
Figura 17 – Localização e áreas de atuação das Forças de Segurança.....	76
Figura 18 – Diagrama das Zonas de Intervenção	79
Figura 19 – Localização das ZA, ZCR, ZRR e PCMun	82
Figura 20 – Áreas de Intervenção	85
Figura 21 – Modelo de cartão de segurança	88
Figura 22 – Procedimentos e instruções de coordenação - EAT	91
Figura 23 – Procedimentos e instruções de coordenação - ZCAP.....	96
Figura 24 – Localização possível para instalação de ZCAP	100
Figura 25 – Procedimentos e instruções de coordenação – Diagrama de Comunicações.....	102
Figura 26 – Procedimentos e instruções de coordenação – Confinamento / evacuação	108
Figura 27 – Localização possível para instalação de ZCI.....	112
Figura 28 – Procedimentos e instruções de coordenação – Manutenção da ordem pública.....	113
Figura 29 – Perímetros de segurança	115
Figura 30 – Procedimentos e instruções de coordenação – Emergência médica	118
Figura 31 – Localização possível para instalação de PMA.....	120
Figura 32 – Localização das unidades de saúde.....	122
Figura 33 – Procedimentos e instruções de coordenação – Apoio psicológico.....	123







	Município de Almada Proteção Civil Municipal Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Almada	
-----------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------

Figura 34 – Procedimentos e instruções de coordenação – Socorro e salvamento	128
Figura 35 – Procedimentos e instruções de coordenação – Serviços mortuários	131
Figura 36 – Modelo de relatório imediato de situação	169
Figura 37 – Modelo de relatório de situação geral	173
Figura 38 – Modelo de relatório diário de situação	180
Figura 39 – Modelo de relatório final da emergência	187
Figura 40 – Modelo de requisição operacional	188
Figura 41 – Folha de preparação de comunicado à população	190
Figura 42 – Modelo de comunicado à população	191
Figura 43 – Modelo de relatório de missão ERAS / EAT	193
Figura 44 – Modelo de relatório de avaliação de danos no edificado - EAT.....	195
Figura 45 – Modelo de danos em viaturas.....	196
Figura 46 – Modelo de relatório preliminar de desalojados.....	198
Figura 47 – Modelo de ficha de controlo diário	199
Figura 48 – Atrelado em fase de aquisição para transporte do PCMun móvel.....	240
Figura 49 – Tenda atual do PCMun móvel	241
Figura 50 – Sala de operações atual para instalação da CMPC e PCMun	241


	Município de Almada Proteção Civil Municipal	
	Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Almada	

Lista de acrónimos



Lista de Acrónimos Geral	
AA	Área de Atuação
ACES	Agrupamento de Centros de Saúde
AE	Autoestrada
AHB	Associação Humanitária de Bombeiros
AHBV	Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários
AM	Autoridade Marítima
AML	Autoridade Marítima Local
ANA	ANA Aeroportos de Portugal
ANAC	Autoridade Nacional da Aviação Civil
ANACOM	Autoridade Nacional de Comunicações
ANAFRE	Associação Nacional de Freguesias
ANBP	Associação Nacional de Bombeiros Profissionais
ANCTM	Autoridade Nacional de Controlo do Tráfego Marítimo
ANPC	Autoridade Nacional de Proteção Civil
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
APC	Agente de Proteção Civil
APL	Administração do Porto de Lisboa
ARS	Administração Regional de Saúde
AT	Alta Tensão
BAL	Base de Apoio Logístico
BRIPA	Brigadas de Proteção Ambiental
BT	Baixa Tensão
BTE	Baixa Tensão Especial
CADIS	Comandante Operacional de Agrupamento Distrital
CAOP	Carta Administrativa Oficial de Portugal
CAPIC	Centro de Apoio Psicológico e Intervenção em Crise
CB	Corpo de Bombeiros
CCDR	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CCO	Centro de Coordenação Operacional
CCOD	Centro de Coordenação Operacional Distrital
CCON	Centro de Coordenação Operacional Nacional
CDOS	Comando Distrital de Operações de Socorro
CDPC	Comissão Distrital de Proteção Civil
CDSS	Centro Distrital de Segurança Social

	Município de Almada Proteção Civil Municipal	
	Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Almada	



CM	Câmara Municipal
CMPC	Comissão Municipal de Proteção Civil
CNE	Corpo Nacional de Escutas
CNPC	Comissão Nacional de Proteção Civil
CODIS	Comandante Operacional Distrital
COS	Comandante das Operações de Socorro
CP	Comboios de Portugal
CPX	Command Post Exercise
CVP	Cruz Vermelha Portuguesa
DGT	Direção-Geral do Território
DIOPS	Dispositivo Integrado de Operações de Proteção e Socorro
DR	Diário da República
DVI	Disaster Victim Identification Team
EAPS	Equipas de Apoio Psicossocial
EAT	Equipas de Avaliação Técnica
ECALMA	Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada
EDP	Energias de Portugal
EGIC	Equipa de Gestão de Incidentes Críticos – Apoio Psicossocial
EM	Estrada Municipal
EMGFA	Estado-Maior-General das Forças Armadas
EN	Estrada Nacional
EP	Estradas de Portugal
EPI	Equipamento de Proteção Individual
ERAP	Equipas Rápidas de Apoio Psicossocial
ERAS	Equipas de Reconhecimento e Avaliação da Situação
ERAV-m	Equipas Responsáveis por Avaliação de Vítimas mortais
ESO	Esquema de Sustentação Operacional
FA	Forças Armadas
FEB	Força Especial de Bombeiros
FS	Forças de Segurança
GDH	Grupo Data-Hora
GIPS	Grupos de Intervenção de Proteção e Socorro
GNR	Guarda Nacional Republicana
GPL	Gás de Petróleo Liquefeito
HF	High Frequency
IC	Itinerário Complementar
ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.

	Município de Almada Proteção Civil Municipal	
	Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Almada	

IGT	Instrumentos de Gestão do Território
INEM	Instituto Nacional de Emergência Médica, I.P.
INMLCF	Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses
IP	Itinerário Principal
IPMA	Instituto Português do Mar e da Atmosfera
IP, S.A.	Infraestruturas de Portugal, S.A.
IRN	Instituto de Registos e Notariado
IPST	Instituto Português do Sangue e da Transplantação
JF	Junta de Freguesia
JI	Jardim de Infância
LIVEX	Live Exercise
MAT	Muito Alta Tensão
MP	Ministério Público
MSO	Município de Sustentação Operacional
MT	Média Tensão
MTS	Metro Transportes do Sul
MV-S	Serviço Móvel de Satélite
NecPro	Necrotério Provisório
OCS	Órgãos de Comunicação Social
OEA	Organismo e Entidade de Apoio
ONG	Organizações Não-Governamentais
OPP	Ordem dos Psicólogos Portugueses
PC	Posto de Comando
PCDis	Posto de Comando Distrital
PCMun	Posto de Comando Municipal
PCO	Posto de Comando Operacional
PDE	Plano Distrital de Emergência
PDEPC	Plano Distrital de Emergência de Proteção Civil
PEA	Plano Estratégico de Ação
PJ	Polícia Judiciária
PM	Polícia Marítima
PM	Post-Mortem
PMA	Posto Médico Avançado
PMDFCI	Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
PMEPC	Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil
POC	Programa da Orla Costeira
POM	Plano Operacional Municipal



	Município de Almada Proteção Civil Municipal	
	Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Almada	

POOC	Plano de Ordenamento da Orla Costeira
POVT	Programa Operacional de Valorização do Território
PP	Plano de Pormenor
PSP	Polícia de Segurança Pública
REFER	Rede Ferroviária Nacional
RELIS	Relatórios Imediatos de Situação
REN	Reserva Ecológica Nacional
REPC	Rede Estratégica de Proteção Civil
ROB	Rede Operacional de Bombeiros
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SEPNA	Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente
SF	Sapadores Florestais
SGIF	Sistema de Gestão de Informação de Incêndios Florestais
SIOPS	Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro
SIRESP	Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança de Portugal
SMM	Serviço Móvel Marítimo
SMPC	Serviço Municipal de Proteção Civil
SMS	Short Message Service
SMT	Serviço Móvel Terrestre
STF	Serviço Telefónico Fixo
TO	Teatro de Operações
TST	Transportes Sul do tejo
UCC	Unidade de Cuidados na Comunidade
UCI	Unidade de Cooperação Internacional
UCSP	Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados
UHF	Ultra High Frequency
ULPC	Unidade Local de Proteção Civil
USF	Unidade de Saúde Familiar
USP	Unidade de Saúde Pública
VCOC	Veículo de Comando e Comunicações
VHF	Very High Frequency
VPCC	Veículo de Planeamento, Comando e Comunicações
ZA	Zona de Apoio
ZAM	Zona Ameaçada pelo Mar
ZAP	Zona de Apoio Psicológico
ZCAP	Zona de Concentração e Apoio à População
ZCI	Zona de Concentração e Irradiação



	Município de Almada Proteção Civil Municipal	
	Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Almada	

ZCR	Zona de Concentração e Reserva
ZI	Zona de Intervenção
ZRnM	Zona de Reunião de Mortos
ZRR	Zona de Receção de Reforços
ZS	Zona de Sinistro

Lista de Acrónimos da Câmara Municipal de Almada	
DA	Divisão Administrativa
DAB	Divisão de Arquivo e Bibliotecas
DAD	Departamento de Ação Desportiva
DADM	Divisão Administrativa
DAF	Departamento de Administração e Finanças
DAJ	Departamento de Assuntos Jurídicos
DAPR	Divisão de Aproveitamento
DASC	Divisão de Ação Social
DAU	Departamento de Administração Urbanística
DC	Departamento de Cultura
DCOM	Departamento de Comunicação
DD	Divisão de Desporto
DDE	Divisão de Desenvolvimento Económico
DDL	Departamento de Desenvolvimento Local
DE	Divisão de Educação
DEC	Divisão de Equipamentos Culturais
DECAM	Departamento de Energia, Clima, Ambiente e Mobilidade
DEGAE	Divisão de Estudos, Gestão Ambiental e Energia
DEJ	Departamento de Educação e Juventude
DEP	Divisão de Estudos e Planeamento
DERE	Divisão de Equipamentos e Recursos Educativos
DESA	Divisão de Estudos e Sensibilização Ambiental
DEV	Divisão de Espaços Verdes
DFIN	Divisão Financeira
DFM	Divisão de Fiscalização Municipal
DGAU	Divisão de Gestão e Administração Urbanística
DH	Divisão de Habitação
DI	Departamento de Informática
DIC	Divisão de Informação e Comunicação



	Município de Almada Proteção Civil Municipal	
	Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Almada	

DID	Divisão de Infraestruturas Desportivas
DISH	Departamento de Intervenção Social e Habitação
DIVIP	Divisão de Infraestruturas Viárias e Iluminação Pública
DJ	Divisão de Juventude
DMAGF	Direção Municipal de Administração Geral e Finanças
DMAMEVU	Direção Municipal de Ambiente, Mobilidade, Energia e Valorização Urbana
DMDSI	Direção Municipal de Desenvolvimento Social Integrado
DMOPATDE	Direção Municipal de Obras, Planeamento, Administração do Território e Desenvolvimento Económico
DMHL	Divisão de Museus e História Local
DML	Divisão de Manutenção e Logística
DMU	Divisão de Mobilidade Urbana
DO	Divisão de Obras
DOM	Departamento de Obras Municipais
DP	Divisão de Projetos
DPAT	Divisão Património
DPCE	Divisão Planeamento e Controlo, Estudos e Estatística
DPES	Divisão de Pessoal
DPUDE	Departamento de Planeamento Urbanístico e Desenvolvimento Económico
DPUR	Divisão de Parques Urbanos
DQMSU	Divisão de Qualificação de Mercados e Serviços Urbanos
DRH	Departamento de Recursos Humanos
DRPPPM	Divisão de Relações Públicas e Protocolo e Programação Municipal
DRUEP	Divisão de Reabilitação e Revitalização Urbana e Espaço Público
DRVMLT	Departamento de Rede Viária, Manutenção, Logística e Transportes
DS	Divisão Social
DSAL	Divisão de Salubridade
DSEV	Departamento de Salubridade, Espaços Verdes
DSI	Divisão de Sistemas de Informação
DT	Divisão de Turismo
DTA	Divisão Técnica e Administração
DTC	Divisão de Tecnologias e Comunicações
DTM	Divisão de Transportes e Manutenção
GTF	Gabinete Técnico Florestal
SSO	Serviço de Saúde Ocupacional
SVM	Serviço Veterinário Municipal



	Município de Almada Proteção Civil Municipal Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Almada	
-----------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------

Referências legislativas



Legislação Estruturante
<ul style="list-style-type: none"> Lei 53/2008, de 29 de agosto – Lei de Segurança Interna
<ul style="list-style-type: none"> Lei 27/2006, de 3 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica 1/2011, de 30 de novembro e pela Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto, que republica o diploma – Lei de Bases da Proteção Civil
<ul style="list-style-type: none"> Decreto-Lei 134/2006, de 25 de julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 114/2011, de 30 de novembro, e pelo Decreto-Lei 72/2013, de 31 de maio – Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS)
<ul style="list-style-type: none"> Lei 65/2007, de 12 de novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 114/2011, de 30 de novembro – Enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal, organização dos serviços municipais de proteção civil e competências do comandante operacional municipal
<ul style="list-style-type: none"> Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil nº 30/2015, de 07 de maio – Fixa os critérios e as normas técnicas para a elaboração e operacionalização de planos de emergência de proteção civil
Legislação Técnico-Operacional
<ul style="list-style-type: none"> Despacho 3551/2015, de 9 de abril – Sistema de Gestão de Operações
<ul style="list-style-type: none"> Declaração da Comissão Nacional de Proteção Civil 344/2008, de 17 de outubro – Regulamento de Funcionamento dos Centros de Coordenação Operacional
<ul style="list-style-type: none"> Decreto-Lei 112/2008, de 1 de julho – Conta de Emergência
<ul style="list-style-type: none"> Declaração da Comissão Nacional de Proteção Civil 97/2007, de 16 de maio – Estado de alerta especial para o Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS)
<ul style="list-style-type: none"> Decreto Regulamentar 86/2007, de 12 de dezembro – Articulação, nos espaços marítimos de soberania e jurisdição nacional, entre autoridades de polícia
<ul style="list-style-type: none"> Portaria 1358/2007, de 15 de outubro – Define a composição e funcionamento das Equipas de Intervenção Permanente
<ul style="list-style-type: none"> Decreto-Lei 43/2002, de 2 de março – Define a organização e atribuições do Sistema da Autoridade Marítima (SAM) e cria a Autoridade Marítima Nacional
<ul style="list-style-type: none"> Decreto-Lei 5/2000, de 29 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei 138/2000, de 13 de julho – Estabelece o regime jurídico da remoção, transporte, inumação, exumação, transladação e cremação de cadáveres
<ul style="list-style-type: none"> Decreto-Lei 253/95, de 30 de setembro – Sistema Nacional para a Busca e Salvamento Aéreo
<ul style="list-style-type: none"> Decreto-Lei 15/94, de 22 de janeiro – Sistema Nacional para a Busca e Salvamento Marítimo
<ul style="list-style-type: none"> Lei 44/86, de 30 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica 1/2011, de 30 de novembro, e pela Lei Orgânica 1/2012, de 11 de maio – Lei do Regime do Estado de Sítio e do Estado de Emergência
Legislação Orgânica
<ul style="list-style-type: none"> Decreto-Lei 126-B/2011, de 29 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 161-A/2013, de 2 de dezembro, pelo Decreto-Lei 112/2014, de 11 de julho, e pelo Decreto-Lei 163/2014, de 31 de outubro – Lei Orgânica do Ministério da Administração Interna
<ul style="list-style-type: none"> Decreto-Lei 73/2013, de 31 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 163/2014, de 31 de outubro – Lei Orgânica da Autoridade Nacional de Proteção Civil
<ul style="list-style-type: none"> Lei 63/2007, de 6 de novembro – Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana
<ul style="list-style-type: none"> Decreto-Lei 22/2006, de 2 de fevereiro – Lei Orgânica do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente e do Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro, da Guarda Nacional Republicana
<ul style="list-style-type: none"> Lei 53/2007, de 31 de agosto – Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública

	Município de Almada Proteção Civil Municipal	
Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Almada		

<ul style="list-style-type: none"> • Lei Orgânica 1-B/2009, de 7 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica 5/2014, de 29 de agosto – Lei de Defesa Nacional
<ul style="list-style-type: none"> • Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 7 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica 6/2014, de 1 de setembro - Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas
<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei 186/2014, de 29 de dezembro – Lei Orgânica do Exército
<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei 187/2014, de 29 de dezembro – Lei Orgânica da Força Aérea
<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei 185/2014, de 29 de dezembro – Lei Orgânica da Marinha
<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei 44/2002, de 2 de março com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 235/2012, de 31 de outubro – Lei Orgânica da Autoridade Marítima Nacional
<ul style="list-style-type: none"> • Lei 28/2013, de 12 de abril – Define as Competências, a Estrutura e o Funcionamento da Autoridade Aeronáutica Nacional
<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei 40/2015, de 16 de março – Lei Orgânica da Autoridade Nacional da Aviação Civil
<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei 240/2012, de 6 de novembro – Lei Orgânica do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei 22/2012, de 30 de janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 127/2014, de 22 de agosto, e pelo Decreto-Lei 173/2014, de 19 de novembro – Lei Orgânica das Administrações Regionais de Saúde, I.P.
<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei 82/2009, de 2 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 135/2013, de 4 de outubro - Estabelece as regras de designação, competência e funcionamento das entidades que exercem o poder de autoridade de saúde
<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei 34/2012, de 14 de fevereiro – Lei Orgânica do Instituto Nacional de Emergência Médica, I.P.
<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei 166/2012, de 31 de julho – Lei Orgânica do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses
<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei 39/2012, de 16 de fevereiro – Lei Orgânica do Instituto Português do Sangue e da Transplantação
<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei 83/2012, de 30 de março – Lei Orgânica do Instituto de Segurança Social
<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei 281/2007, de 7 de agosto – Aprova o Regime Jurídico da Cruz Vermelha Portuguesa
<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei 228/2012, de 25 de outubro – Lei Orgânica das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional
<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei 56/2012, de 12 de março – Lei Orgânica da Agência Portuguesa do Ambiente
<ul style="list-style-type: none"> • Decreto Regulamentar 31/2012, de 13 de março – Lei Orgânica da Direção-Geral da Alimentação e Veterinária
<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei 135/2012, de 29 de junho – Lei Orgânica no Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei 109/2009, de 15 de maio – Estabelece o Regime Jurídico aplicável à criação e das equipas de sapadores florestais no território continental português e regulamenta os apoios à sua atividade
<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei 68/2012, de 20 de março – Lei Orgânica do Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P.
<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei 241/2007, de 21 de junho, alterada pela Lei 48/2009, de 4 de agosto, e pelo Decreto-Lei 249/2012, de 21 de novembro – Regime Jurídico dos Bombeiros Portugueses
<ul style="list-style-type: none"> • Lei 32/2007, de 13 de agosto – Regime Jurídico das Associações Humanitárias de Bombeiros
<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei 247/2007, de 27 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 248/2012, de 21 de novembro – Regime Jurídico dos Corpos de Bombeiros
<ul style="list-style-type: none"> • Despacho do Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil 19734/2009, de 28 de agosto – Regulamento da organização e funcionamento da Força Especial de Bombeiros Canarinhos (FEB)
Legislação Concorrente
<ul style="list-style-type: none"> • Lei 58/2005, de 29 de dezembro – Lei da Água: medidas de proteção contra cheias e inundações; medidas de proteção contra secas; medidas de proteção contra acidentes graves de poluição;

 <p>ALMADA CÂMARA MUNICIPAL</p>	<p>Município de Almada Proteção Civil Municipal</p> <p>Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Almada</p>	
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------



<p>medidas de proteção contra rotura de infraestruturas hidráulicas</p>
<ul style="list-style-type: none"> Decreto-Lei 364/98, de 21 de novembro – Estabelece a obrigatoriedade de elaboração da carta de zonas inundáveis nos municípios com aglomerados urbanos atingidos por cheias
<ul style="list-style-type: none"> Decreto-Lei 115/2010, de 22 de outubro – Estabelece um quadro para a avaliação e gestão dos riscos de inundações, com o objetivo de reduzir as suas consequências prejudiciais
<ul style="list-style-type: none"> Decreto-Lei 124/2006, de 28 de junho, alterado pelo Decreto-Lei 15/2009, de 14 de janeiro, pelo Decreto-Lei 17/2009, de 14 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação 20/2009, de 13 de março, pelo Decreto-Lei 114/2011 de 30 de novembro e pelo Decreto-Lei 83/2014, de 23 de maio – Aprova o Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios
<ul style="list-style-type: none"> Resolução do Conselho de Ministros 65/2006, de 26 de maio – Aprova o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI)
<ul style="list-style-type: none"> Decreto-Lei 220/2008, de 12 de novembro - Regime Jurídico da Segurança Contra Incêndio em Edifícios, com as alterações previstas no Decreto-Lei n.º 224/2015, de 09 de outubro
<ul style="list-style-type: none"> Portaria 1532/2008, de 29 de dezembro - Regulamento Técnico de Segurança Contra Incêndio em Edifícios
<ul style="list-style-type: none"> Decreto-Lei 344/2007, de 15 de outubro – Regulamento de Segurança de Barragens
<ul style="list-style-type: none"> Decreto-Lei 150/2015, de 05 de agosto – Prevenção de Acidentes Graves com Substâncias Perigosas
<ul style="list-style-type: none"> Decreto-Lei 174/2002, de 25 de julho – Estabelece as regras aplicáveis à intervenção em caso de emergência radiológica, transpondo para a ordem jurídica interna as disposições do título IX, “Intervenção”, da Diretiva 96/29/EURATOM
<ul style="list-style-type: none"> Decreto-Lei 165/2002, de 17 de julho com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 215/2008, de 10 de novembro e pelo Decreto-Lei 156/2013, de 5 de novembro – Proteção contra Radiações Ionizantes
<ul style="list-style-type: none"> Decreto-Lei 41-A/2010, de 29 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 206-A/2012, de 31 de agosto, e pelo Decreto-Lei 19-A/2014, de 7 de fevereiro – Aprova o Regulamento do transporte terrestre, rodoviário e ferroviário, de mercadorias perigosas
<ul style="list-style-type: none"> Decreto-Lei 112/2002, de 12 de abril – Aprova o Plano Nacional da Água
<ul style="list-style-type: none"> Lei 58/2007, de 4 de setembro – Aprova o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
<ul style="list-style-type: none"> Lei 31/2014, de 30 de maio – Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo
<ul style="list-style-type: none"> Lei 75/2013, de 12 de setembro - Estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico
<ul style="list-style-type: none"> Decreto-Lei 18/2008, de 29 de janeiro com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 278/2009, de 2 de outubro – Código dos Contratos Públicos
<ul style="list-style-type: none"> Decreto-Lei 91/2015, de 29 de maio - fusão entre a Rede Ferroviária Nacional -REFER, E. P. E. (REFER, E. P. E.) e a EP — Estradas de Portugal, S. A. (EP, S. A.), com o objetivo de criar uma única empresa de gestão de infraestruturas de transportes em Portugal.
<p>Legislação Diversa</p>
<ul style="list-style-type: none"> Resolução 87/2013, de 11 de dezembro – Aprova o Plano Nacional de Emergência de Proteção Civil
<ul style="list-style-type: none"> Resolução 22/2009, de 23 de outubro – Aprova o Plano Especial de Emergência para o Risco Sísmico da Área Metropolitana de Lisboa e Concelhos Limitrofes
<ul style="list-style-type: none"> Resolução n.º 12/2012, de 15 de março de 2012, Aprova os Planos de Emergência Externos da Petrolgal, Repsol e OZ Energia Gás
<ul style="list-style-type: none"> Resolução n.º 16/2014, de 29 de abril de 2014 – Aprova o Plano de Emergência Externo da ETC-Terminais Marítimos

 <p>ALMADA CÂMARA MUNICIPAL</p>	<p>Município de Almada Proteção Civil Municipal</p> <hr/> <p>Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Almada</p>	
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------

Comunicações
<ul style="list-style-type: none"> • Resolução do Conselho de Ministros 56/2003, de 8 de abril – Redefine as condições de instalação do SIRESP – Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança de Portugal e determina a adoção de várias medidas concretas necessárias à respetiva implementação
<ul style="list-style-type: none"> • Lei 5/2004, de 10 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei 51/2011, de 13 de setembro, posteriormente alterada pela Lei 10/2013, de 28 de janeiro e pela Lei 42/2013, de 3 de julho – Lei das comunicações eletrónicas
<ul style="list-style-type: none"> • Lei 17/2012, de 26 de abril, alterada pelo Decreto-Lei 160/2013, de 19 de dezembro – Estabelece o regime jurídico aplicável à prestação de serviços postais, em plena concorrência, no território nacional, bem como de serviços internacionais com origem ou destino no território nacional
<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei 448/99, de 4 de novembro, alterada e republicada em anexo ao Decreto-Lei 160/2013, de 19 de novembro – Bases da concessão do serviço postal universal
<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei 53/2009, de 2 de março - Define as regras aplicáveis aos serviços de amador e de amador por satélite, bem como a definição do regime de atribuição de certificados e autorizações especiais aos amadores e de licenciamento das estações de uso comum
<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei 47/2000, de 24 de março – Regime jurídico aplicável à utilização do Serviço Rádio Pessoal - Banda do Cidadão
<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei 53/2009, de 2 de março – Define as regras aplicáveis aos serviços de amador e de amador por satélite bem como a definição do regime de atribuição de certificados e autorizações especiais aos amadores e de licenciamento das estações de uso comum

Outras Referências

- Normas Operacionais Permanentes (NOP) da ANPC;
- Diretivas Operacionais Nacionais da ANPC;
- Normas Operacionais Permanentes (NOP) do SMPC de Almada.



	Município de Almada Proteção Civil Municipal	
	Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Almada	

Registo de atualizações

Versão	Tipo Alteração	Datas					
		Alteração	Consulta Pública	Parecer CMPC	Parecer ANPC	Aprovação CNPC	Publicação DR
1	Elaboração do PMEPC	2000				09.01.2002	
2	Revisão total do PMEPC (Resolução CNPC n.º 30/2015)	2015	30.11.2015 a 11.12.2015	19.01.2016			



Histórico de ativação do PMEPC

N.º	Data	Motivo	Duração	Documentos / Relatórios Produzidos



	Município de Almada Proteção Civil Municipal	
	Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Almada	

Registo de exercícios

Tipo Exercício		Data	Cenário	Duração	Documentos / Relatórios Produzidos
CPX	LIVEX				

 <p>ALMADA CÂMARA MUNICIPAL</p>	<p>Município de Almada Proteção Civil Municipal</p> <hr/> <p>Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Almada</p>	
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------

PARTE I — Enquadramento

	<p>Município de Almada Proteção Civil Municipal</p> <hr/> <p>Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Almada</p>	
-----------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------

1. Introdução

O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (adiante designado por PMEPC ou simplesmente Plano) é um documento formal, da responsabilidade da Câmara Municipal de Almada (CMA), que define as principais orientações específicas relativamente ao modo de comando e atuação dos vários organismos, entidades e serviços, analogamente ao seu envolvimento e participação em operações de Proteção Civil, tendo como objetivo principal a minimização de perdas de vidas, dos prejuízos materiais e do ambiente, e o assegurar, no mais curto espaço de tempo, o restabelecimento da normalidade.

O Diretor do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil é o Presidente da Câmara Municipal de Almada. Nos seus impedimentos é substituído pelo Vereador do Pelouro da Proteção Civil. No impedimento de qualquer um dos elementos referenciados, a função é desempenhada pelo Vereador substituto do Vereador da Proteção Civil.

O PMEPC é um plano de âmbito municipal, elaborado pela CMA e aprovado pela Comissão Nacional de Proteção Civil (CNPC), mediante parecer prévio da Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC) e da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC).

A elaboração deste documento resulta da publicação da Diretiva relativa aos critérios e normas técnicas para a elaboração e operacionalização de planos de emergência de proteção civil (Resolução nº 30/2015, de 07 de maio).

O âmbito de aplicação territorial deste Plano é todo o concelho de Almada, o qual integra uma freguesia e quatro uniões de freguesias:

- União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas
- União das Freguesias de Laranjeiro e Feijó
- União das Freguesias de Caparica e Trafaria
- União das Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda
- Junta de Freguesia da Costa da Caparica

O município de Almada tem uma área aproximada de 71 km², localiza-se na margem Sul da embocadura do Estuário do Tejo, é delimitado por duas massas de água, a Norte e Nordeste pelo rio Tejo (zona estuarina), a Oeste pelo oceano Atlântico, a Sul com o concelho de Sesimbra e a Este com o concelho do Seixal. Está integrado na região de Lisboa (NUTS II) e sub-região da Península de Setúbal (NUTS III).

Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Almada

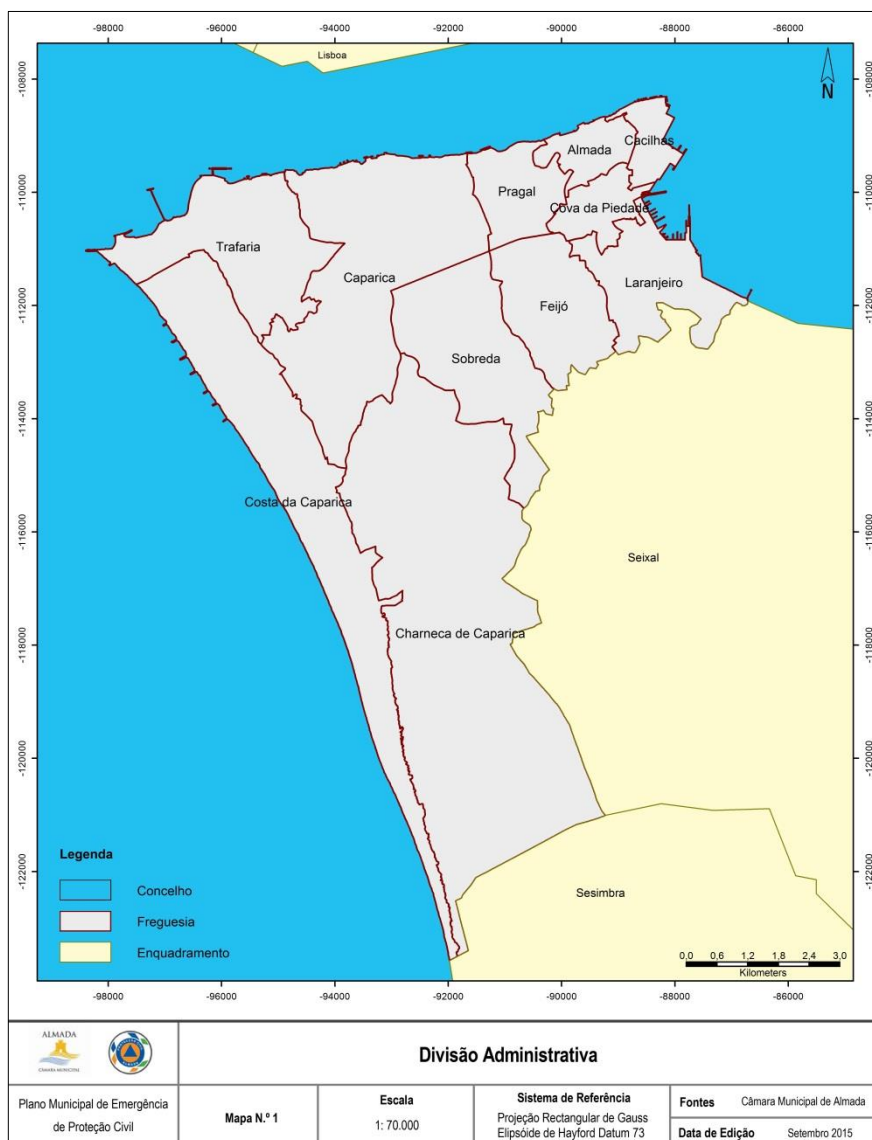




Figura 1 – Enquadramento geográfico do Concelho de Almada
(fonte: CMA, 2015)

No âmbito dos instrumentos de planeamento e ordenamento do território, este Plano articula-se com:



- O Plano Diretor Municipal (PDM) que estabelece a estrutura espacial e a classificação básica do solo, assim como parâmetros de ocupação e desenvolve a qualificação do solo. Foram utilizados os elementos constantes nas cartas de condicionantes, qualificação do solo, hierarquia rodoviária e património do PDM para integrar a cartografia do PMEPC.

	<p>Município de Almada Proteção Civil Municipal</p> <hr/> <p>Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Almada</p>	
-----------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------

No âmbito dos Planos de Proteção Civil e outros, este Plano articula-se com:

- Plano Distrital de Emergência de Proteção Civil do distrito de Setúbal;
- Plano Especial de Emergência para o Risco Sísmico da Área Metropolitana de Lisboa e Concelhos Limítrofes (PEERS-AML);
- Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) de Almada.
- Planos de Emergência Externos para as empresas de nível superior de perigosidade (Seveso) implantadas no concelho:
 - ✓ OZ Energia Gás (Murfacem)
 - ✓ Repsol Combustíveis (Banática)
 - ✓ ETC (Porto Brandão)
 - ✓ Petrogal (Porto Brandão) – atualmente com atividade suspensa
- Plano de Segurança da Água – SMAS Almada;
- Planos Municipais de Emergência de Proteção Civil dos concelhos de Seixal e de Sesimbra.

Nos termos do n.º 12 do artigo 7º da Resolução n.º 30/2015, de 07 de maio, da Comissão Nacional de Proteção Civil (CNPC), o PMEPC de Almada entra formalmente em vigor no 1º dia útil seguinte ao da publicação da deliberação de aprovação no Diário da República, e será revisto no máximo após cinco anos da sua entrada em vigor ou atualizado sempre que se considere necessário. O conteúdo referente à lista de contactos e ao inventário de meios e recursos será permanentemente atualizado na plataforma municipal de alojamento dos planos de emergência de proteção civil, e anualmente no suporte de papel.

	<p>Município de Almada Proteção Civil Municipal</p> <hr/> <p>Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Almada</p>	
-----------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------

2. Finalidade e objetivos

O PMEPC constitui-se como uma plataforma que se encontra preparada para responder organizadamente a situações de acidente grave ou catástrofe, definindo as estruturas de Coordenação, Direção, Comando e Controlo e regulando a forma como é assegurada a coordenação institucional e a articulação e intervenção das organizações integrantes do Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro e de outras entidades públicas ou privadas a envolver nas operações.

O PMEPC tem como principais objetivos gerais:

- Identificação e avaliação dos riscos no concelho;
- Providenciar, através de uma resposta concentrada, as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe;
- Definir as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil;
- Definir a unidade de direção, coordenação, comando e controlo das principais ações a desenvolver;
- Coordenar e sistematizar as ações de apoio, promovendo maior eficácia e rapidez de intervenção a todas as entidades intervenientes;
- Inventariar os meios e recursos disponíveis para acorrer a um acidente grave ou catástrofe, criando condições para o seu rápido e eficiente empenhamento;
- Minimizar a perda de vidas e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer o mais rapidamente possível, as condições de normalidade às populações do concelho;
- Definir o âmbito de intervenção das diversas entidades envolvidas no PMEPC de forma a estas manterem permanentemente o seu grau de preparação e de prontidão, necessários à gestão de acidentes graves ou catástrofes;
- Preparar a realização regular de treinos e exercícios, de carácter sectorial ou global, destinados a testar o Plano, permitindo a sua atualização;
- Promover a informação das populações através de ações de sensibilização, tendo em vista a sua preparação, a assunção de uma cultura de auto proteção e o entrosamento na estrutura de resposta à emergência.

3. Tipificação dos riscos

Sendo este um plano geral de emergência de proteção civil, destina-se a dar resposta à globalidade dos riscos que possam afetar o território.

As tabelas seguintes mostram o histórico das ocorrências que afetaram o município em 2014 e a respetiva comparação com a média entre os anos 2009 e 2013:

	Classificação de ocorrência	Média 2009 - 2013	2014	
Riscos Tecnológicos	2101	Incêndio Habitacional	125.80	102
	2103	Incêndio - Estacionamento Superfície		0
	2105	Incêndio - Estacionamento em Profundidade	2.20	1
	2107	Incêndio - Edif. Administrativos	1.20	2
	2109	Incêndio - Escolar	1.40	3
	2111	Incêndio - Hospitalares e Lares	1.60	1
	2113	Incêndio - Espectáculos e Reuniões Públicas	1.20	0
	2115	Incêndio - Hotelaria e Restauração	9.80	13
	2117	Incêndio - Áreas Comerciais e Gares	4.80	5
	2119	Incêndio - Desporto e Lazer		0
	2121	Incêndio - Museus e Galerias de Arte		0
	2123	Incêndio - Bibliotecas e Arquivos		0
	2127	Incêndio - Indústria, Oficinas e Armazens	7.60	6
	2129	Incêndio - Edifícios Degradados e Devolutos		14
	2201	Incêndio - Equipamentos	46.80	59
	2203	Incêndio - Produtos	54.40	12
	2301	Incêndio - Transporte Rodoviário	46.75	33
	2303	Incêndio - Transporte Aéreo		0
	2305	Incêndio - Transporte Ferroviário		0
	2307	Incêndio - Transporte Aquático		0
	2401	Atropelamento Rodoviário		85
	2403	Colisão Rodoviária		211
	2407	Despiste		136
	2409	Acidente Aéreo	1.20	1
	2413	Abalroamento Ferroviário		1
	2417	Descarrilamento Ferroviário		1
	2419	Afundamento ou Adornamento	2.80	1
	2503	Químicos, dentro de instalação		1
2513	Fuga Gás em Conduta		26	
2515	Fuga Gás em Garrafa		16	
Riscos Naturais	1101	Cheia		0
	1103	Ventos fortes		0
	1105	Sismo		0
	1107	Nevões		0
	1109	Ondas de Calor		0
	1111	Ondas de Frio		0
	1113	Secas		4
	1115	Inundação por Galgamento Cost.		2
	1117	Erosão Costeira		0
	1119	Colapso de Cavidades Subterrâneas Nat.		0
	1121	Actividade Vulcânica		0
1123	Queda de Meteorito		0	

Tabela 1 – Ocorrências de Riscos Tecnológicos e de Riscos Naturais registadas no concelho de Almada em 2014 e média dos anos 2009 a 2013 (fonte: ANPC / CDOS, 2015)

Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Almada

	Classificação de ocorrência	Média 2009 - 2013	2014
Riscos Mistos	3101 Povoamento Florestal	2.8	5
	3103 Mato	92.4	101
	3105 Agrícola	33.2	4
	3107 Consolidação de Rescaldo		9
	3109 Gestão de Combustível		0
	3111 Queima		47
	3201 Detritos não Confinados		27
	3203 Detritos Confinados		81
	3301 Queda de Árvore		131
	3303 Corte de Abastecimento de Água		16
	3305 Corte de Abastecimento Eléctrico		0
	3307 Corte de Abastecimento de Gás		0
	3309 Desabamento de Estruturas Edificadas		14
	3311 Queda Elementos de Construção em Estruturas Edificadas		54
	3313 Movimento de Massa		16
	3315 Inundação por Precipitação intensa		104
	3317 Inundação por Água Canalizada		41
	3319 Desentupimento/Tamponamento		0
	3321 Dano/Queda de Redes Fornecimento Eléctrico		9
	3323 Dano em Redes de Abastecimento de Água		16
	3325 Dano em Redes de Abastecimento de Gás		2
	3327 Dano em Redes Oleodutos e Gasodutos		0
	3329 Queda de Estrutura Temporárias ou Móveis		21
	3331 Colapso de Galerias/Cavidades Artificiais		0
	3333 Ruptura de Barragens		0
	3335 Sabotagem a Estruturas Críticas		0

Tabela 2 – Ocorrências de Riscos Mistos registadas no concelho de Almada em 2014 e média dos anos 2009 a 2013 (fonte: ANPC / CDOS, 2015)

	Classificação de ocorrência	Média 2009 - 2013	2014
Proteção e Assistência a Pessoas e Bens	4101 Intoxicação	214.6	217
	4103 Doença Súbita	10051.8	10246
	4105 Traumatismo/Queda	2335	2280
	4107 Queimadura	17	30
	4109 Trabalho de Parto	164.2	128
	4111 Pré-Afogamento	15.8	19
	4115 Evacuação e Transporte Médico Aéreo	0.2	14
	4117 Transporte Aéreo de Órgãos p/Transplante		16
	4119 Transporte regular de Doentes		0
	4121 Transporte Urgente Extra SIEM		916
	4123 Transporte de Doentes entre U.Saúde		128
	4201 Ameaça de explosão		0
	4203 Explosão		0
	4205 Agressão/Violação	323.4	242
	4207 Suicídio/Homicídio na Forma Tentada		55
	4209 Suicídio/Homicídio Consumado		29
	4211 Motim	0.4	0
	4213 Remoção e/ou Transporte de Cadáver	76.4	89
	4215 Apoio às Forças de Segurança		5

Tabela 3 – Ocorrências de Proteção e Assistência a Pessoas e Bens registadas no concelho de Almada em 2014 e média dos anos 2009 a 2013 (fonte: ANPC / CDOS, 2015)

GRAU DE PROBABILIDADE	Probabilidade Elevada					
	Probabilidade Média-Alta		Erosão Costeira Galg_Costeiros Inc_Florestais	Ac_Grave_Rodov Inc_Edificios		
	Probabilidade Média	Cheias e Inundações	Ondas Calor Vagas Frio	Movim. Massa Ac_Grave_Marit		
	Probabilidade Média-Baixa	Secas		Ac_Grave_Ferrov Ac_Poluição	Sismos Ac_Grave_MP	
	Probabilidade Baixa				Ciclones / Temp. Tsunamis Ac_Grave_Aereo Colapso_Infraest Ac_Conduas_MP Ac_Ind_Seveso	
		Gravidade Residual	Gravidade Reduzida	Gravidade Moderada	Gravidade Acentuada	Gravidade Crítica
GRAU DE GRAVIDADE						

Legenda:



RISCO BAIXO	RISCO MODERADO	RISCO ELEVADO	RISCO EXTREMO
--------------------	-----------------------	----------------------	----------------------

Galg_Costeiros – Galgamentos Costeiros; **Inc_Florestais** – Incêndios Florestais; **Ac_Grave_Rodov** – Acidentes Graves de Tráfego Rodoviário; **Inc_Edificios** – Incêndios em Edifícios; **Movim_Massa** – Movimentos de Massas em Vertentes; **Ac_Grave_Marit** – Acidentes Graves de Tráfego Marítimo; **Ac_Grave_Ferrov** – Acidentes Graves de Tráfego Ferroviário; **Ac_Poluição** – Acidentes de Poluição; **Ac_Grave_MP** – Acidentes Graves no Transporte de Matérias Perigosas; **Ciclones / Temp** – Ciclones e Tempestades; **Ac_Grave_Aereo** – Acidentes Graves de Transporte Aéreo; **Colapso_Infraest** – Colapso em Túneis, Pontes e Outras Infraestruturas; **Ac_Conduas_MP** – Acidentes em Conduas de Transporte de Substâncias Perigosas; **Ac_Ind_Seveso** – Acidentes em Estabelecimentos Abrangidos pela Diretiva Seveso.

Tabela 4 – Hierarquização do grau de risco para as ocorrências – tipo definidas
(fonte: Estudo elaborado pela Certitecna, 2010)

A caracterização do território municipal e os riscos a que está sujeito encontram-se detalhados nos estudos de caracterização que foram realizados no âmbito do processo de revisão do Plano Diretor Municipal, composto por cinco cadernos:

- Caderno 1 – Enquadramento Territorial
- Caderno 2 – Sistema Ambiental
- Caderno 3 – Sistema de Energia
- Caderno 4 – Sistema Social e Económico
- Caderno 5 – Sistema Urbano

	Município de Almada Proteção Civil Municipal Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Almada	
-----------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------

4. Critérios para a ativação

O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil será ativado quando existir a iminência ou ocorrência de uma situação de acidente grave ou catástrofe, da qual se prevejam danos para as populações, bens e ambiente, e que justifique a adoção imediata de medidas excepcionais de prevenção, planeamento e informação.

A ativação do PMEPC é da responsabilidade da Comissão Municipal de Proteção Civil que assumirá a coordenação institucional das atividades de Proteção Civil, competindo ao Coordenador Municipal de Proteção Civil acompanhar e assumir a coordenação operacional das mesmas.

Quando não for possível reunir de imediato a totalidade dos elementos da CMPC, o Plano pode ser ativado com a composição mínima (Diretor do Plano, Coordenador Municipal de Proteção Civil, GNR, PSP, CB Almada, CB Cacilhas e CB Trafaria), sendo a declaração de ativação sancionada, assim que possível, pelo plenário da Comissão.



A desativação do PMEPC é da responsabilidade da Comissão Municipal de Proteção Civil, sendo a desmobilização operacional dos agentes de proteção civil e entidades de apoio da responsabilidade do Coordenador Municipal de Proteção Civil.

A ativação e desativação do PMEPC são divulgadas através dos órgãos de comunicação social locais, no site da CMA (www.cm-almada.pt) e nos jornais regionais, para além da comunicação ao Comando Distrital de Operações de Socorro de Setúbal (CDOS) e aos municípios vizinhos de Seixal e Sesimbra. A lista de órgãos de comunicação social locais e regionais é apresentada na Parte III. A comunicação ao CDOS e SMPC dos municípios vizinhos será feita através de correio eletrónico (e-mail) e/ou mensagem telefónica (sms), sendo confirmada telefonicamente de seguida. Em alternativa serão utilizadas as redes rádio disponíveis (REPC e SIRESP).



A ativação do PMEPC não implica a declaração da situação de Alerta.

Os critérios gerais para ativação do plano são os seguintes:

- Elevada probabilidade de ocorrer uma situação de acidente grave ou catástrofe no município, do qual poderão resultar elevados danos quer para as populações, quer para bens e ambiente e que justifiquem a adoção de medidas de prevenção, planeamento e informação.
- Ocorrência de acidentes graves ou catástrofes em uma ou mais freguesias do concelho, independentemente da gravidade.

 <p>ALMADA CÂMARA MUNICIPAL</p>	<p>Município de Almada Proteção Civil Municipal</p> <hr/> <p>Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Almada</p>	
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------

- Ocorrência de acidente grave ou catástrofe no concelho e que tenha produzido pelo menos um dos seguintes efeitos, excluindo acidentes rodoviários com viaturas sem riscos especiais:
 - ✓ População:
 - 20 Feridos
 - > 5 Mortos
 - > 5 Desaparecidos
 - > 20 Desalojados
 - > 20 Pessoas isoladas
 - ✓ Bens e património:
 - Danos parciais ou totais em 20 habitações e seu recheio que inviabilizem o seu uso a curto prazo;
 - Danos totais ou parciais em edifícios públicos, como escolas, unidades de saúde, que inviabilizem o seu uso a curto prazo;
 - Colapso de estruturas (barragens, diques, pontes ou viadutos), que inviabilizem o seu uso a curto prazo;
 - Danos totais e irreversíveis em edifícios e monumentos classificados, que exijam medidas excecionais;
 - ✓ Serviços e infraestruturas:
 - Suspensão do fornecimento de água potável por um período superior a 12 horas;
 - Suspensão do fornecimento de energia por um período superior a 12 horas;
 - Suspensão do serviço de telecomunicações por um período superior a 12 horas;
 - Danos totais ou parciais em infraestruturas de transporte essenciais à atividade do concelho;
 - ✓ Ambiente:
 - Descarga de matérias perigosas em recursos aquíferos, que provoque danos na fauna e flora, podendo colocar em perigo população residente na área envolvente;
 - Derrame de matérias perigosas no solo, pondo em perigo a área envolvente, nomeadamente a população;
 - Libertação de matérias perigosas na atmosfera, pondo em perigo a área envolvente, nomeadamente a população.

	<p>Município de Almada Proteção Civil Municipal</p> <hr/> <p>Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Almada</p>	
-----------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------

- Ocorrência de uma situação que produza danos muito severos na atividade normal do concelho e das populações.
- Evento sísmico com magnitude igual ou superior a 6.1 na Escala de Richter.
- Evento sísmico com estimativa de intensidade máxima, obtida a partir de medidas instrumentais, igual ou superior a VII na Escala de Mercalli modificada.

A definição destes critérios não impede que o PMEPC, por decisão da CMPC, possa ser ativado em outras circunstâncias.

Após a consolidação das operações de proteção civil e com o início das operações de reposição da normalidade, a CMPC desativa o PMEPC de Almada, comunicando tal aos mesmos destinatários e pela mesma via utilizada aquando da ativação.